

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros do
IPPLAN - Instituto de Pesquisa e Planejamento
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do IPPLAN - Instituto de Pesquisa e Planejamento ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IPPLAN - Instituto de Pesquisa e Planejamento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ação civil pública

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, no exercício de 2017 foi instaurada contra o instituto a Ação Civil Pública nº 1033860-97.2017.8.26.0577 no montante de R\$ 40.266 mil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, cuja alegação contesta o contrato de gestão celebrado junto a Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Em 11 de fevereiro de 2020 foi publicada a sentença prolatada em 1ª instância, que reconheceu a nulidade do referido contrato de gestão, condenando o agente público que celebrou tal contrato. A sentença reconheceu também que as atividades previstas no Contrato de gestão foram executadas integralmente, não aplicando assim condenações ao Instituto. O valor atualizado do processo é R\$ 41.757 mil e o Instituto interpôs recurso de apelação. Referido assunto foi classificado pelos assessores jurídicos do Instituto com probabilidade de perda possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Continuidade das operações do IPPLAN

Conforme nota explicativa nº22, o Contrato de Gestão nº13/2020, junta a Prefeitura de São José dos Campos, será encerrado em 13 de julho de 2022 e embora possua outros contratos de prestação de serviços vigentes, as atividades do IPPLAN dependerão das ações da administração para ter continuidade.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por nós e o relatório emitido em 25 de março de 2021 não continha ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Instituto;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 08 de junho de 2022.

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.996	2.957	Fornecedores	9	74	71
Cientes	5	-	204	Obrigações tributárias		41	30
Adiantamentos a fornecedores	6	6	13	Obrigações trabalhistas	10	878	725
Adiantamentos a colaboradores		46	69	Outros débitos		72	27
Outros créditos		49	24	Recursos em consignação	11	7.382	1.964
Despesas a apropriar		97	110			8.447	2.817
		<u>10.194</u>	<u>3.377</u>				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	7	1.889	2.308	Provisões para contingências	12	-	-
Intangível	8	378	284			-	-
I.1		<u>2.267</u>	<u>2.592</u>				
				Patrimônio social			
				Superávits acumulados	13	4.014	3.152
						4.014	3.152
Total do ativo		<u><u>12.461</u></u>	<u><u>5.969</u></u>	Total do passivo e patrimônio social		<u><u>12.461</u></u>	<u><u>5.969</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas	14	14.290	14.247
Custos com projetos	15	(9.670)	(10.355)
(=) Superávit bruto		4.620	3.892
Despesas com mão de obra	16	(2.108)	(1.886)
Despesas operacionais	17	(955)	(1.593)
Serviços especializados	18	(813)	(345)
Outras receitas e despesas operacionais		163	223
(=) Superávit líquido do exercício		907	291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit líquido do exercício	907	291
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit abrangente	<u>907</u>	<u>291</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	<u>Superavit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.747	2.747
Ajustes de exercícios anteriores	114	114
Superávit líquido do exercício	291	291
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>3.152</u>	<u>3.152</u>
Ajustes de exercícios anteriores	(45)	(45)
Superávit líquido do exercício	907	907
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>4.014</u></u>	<u><u>4.014</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IPPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit líquido do exercício	907	291
Depreciação, amortização e impairment	553	670
Valor líquido de imobilizado baixado	18	-
Ajuste de exercícios anteriores	(45)	114
Superávit ajustado	1.433	1.075
(Aumento)/redução em Ativos		
(Aumento)/redução em clientes	204	(90)
(Aumento)/redução em adiantamentos	7	(2)
(Aumento)/redução em outros ativos	11	(31)
Aumento/(redução) em passivos		
Aumento/(redução) em fornecedores	3	(88)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas/fiscais	164	(103)
Aumento/(redução) em provisões para contingências	-	(443)
Aumento/(redução) em outros débitos	45	20
Aumento/(redução) em recursos em consignação	5.418	1.751
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.852	1.014
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(246)	(705)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(246)	(705)
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.039	1.384
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.957	1.573
Caixa e equivalente de caixa no final do período	9.996	2.957
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.039	1.384

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O IPPLAN - Instituto de Pesquisa e Planejamento (“Entidade”, “Instituto” ou “IPPLAN”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituído em 30 de setembro de 2009, com Sede na Estrada Doutor Altino Bondesan, nº 500, Distrito de Eugênio de Melo, em São José dos Campos, qualificado em 17 de novembro de 2009 como Organização Social pelo Município de São José dos Campos, por meio do Decreto nº 13.780/09 e sendo considerada como ICT - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação, por meio do decreto federal nº 9.283 de 07/02/2018.

O IPPLAN tem como objetivos o desenvolvimento tecnológico visando novos produtos, serviços ou processos, a pesquisa aplicada de caráter científico ou tecnológico e o planejamento para apoio à gestão pública ou privada com soluções que atendam às suas demandas, visando a competitividade e sustentabilidade em benefício da coletividade.

O IPPLAN busca a consecução de seus objetivos valendo-se de: prospecção, pesquisa, diagnóstico, planejamento, recursos e bens públicos ou privados, apoio e gestão no desenvolvimento das atividades que se refira a:

- a) Pesquisa aplicada de caráter tecnológico;
- b) Desenvolvimento e inovação de novos produtos, serviços ou processos;
- c) Participação na criação e gestão de ambientes promotores de inovação;
- d) Transferência e difusão de tecnologia;
- e) Ensino;
- f) Proteção e preservação do meio ambiente;
- g) Cultura e arte;
- h) Saúde;
- i) Atendimento e promoção das pessoas com deficiência;
- j) Atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- k) Planejamento, gerenciamento ou gestão, aplicável à administração pública, privada e ao terceiro setor;
- l) Planejamento e desenvolvimento territorial urbano, rural e regional;
- m) Esporte e lazer;
- n) Turismo;
- o) Habitação, saneamento e qualidade de vida;
- p) Desenvolvimento econômico;
- q) Modernização administrativa;
- r) Manutenção e conservação patrimonial;
- s) Desenvolvimento e gestão estratégica;
- t) Interação com os munícipes, contribuintes, consumidores e população em geral através de teleatendimento, atendimento presencial, aplicativos, redes sociais ou quaisquer outras mídias físicas ou eletrônicas;
- u) Segurança pública e vigilância;
- v) Transporte e mobilidade urbana;

x) Treinamento, desenvolvimento e capacitação de Recursos Humanos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a NBC T 19.41 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Como se trata de uma entidade sem fins de lucro, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis são aprovadas pelo conselho fiscal do IPPLAN em 20 de abril de 2022 e registrado em ata e pelo conselho de Administração em 08 de junho de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, e as demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requerem que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Entidade.

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Apuração do superávit

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Ajuste a valor presente

Os saldos apresentados em clientes e fornecedores, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária pertinentes. O ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

e. Ativo imobilizado e impairment

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela Instituição registrados pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada calculada pelo método linear.

A Entidade realiza o cálculo de impairment considerando o tempo remanescente do contrato de gestão em vigor.

f. Ativo intangível

Os bens do ativo intangível foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear com base na expectativa de vida útil dos bens.

A Entidade revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos. Caso haja redução ao valor recuperável do ativo, é constituída provisão.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

g. Passivo circulante

O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é possível que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

A provisão para férias e respectivos encargos foi constituída com base nas férias vencidas e proporcionais.

h. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de subvenção é reconhecida ao longo do período e confrontada com as despesas que serão compensadas.

Conforme determinado pelo Seção 24 - Subvenção do CPC PME R1, as receitas de subvenção somente são reconhecidas quando a Entidade cumpre integralmente os requisitos determinados pelo contrato de gestão vigente.

i. Tributos incidentes sobre as atividades

O IPPLAN é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias do Instituto, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - isenta, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta somente no Contrato de Gestão, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços, bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos conta movimento sem restrições	254	112
Caixa e Bancos conta movimento com restrições	-	7
Aplicações financeiras sem restrições	2.653	1.204
Aplicações financeiras com restrições	7.089	1.634
	<u>9.996</u>	<u>2.957</u>

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada nos valores de R\$ 9.996 em 2021 (R\$ 2.957 em 2020), respectivamente, são compostas por recursos provenientes de:

- Recursos Próprios (sem restrições): decorrentes das prestações de serviços a terceiros;
- Recursos de Terceiros (com restrições): é proveniente de recursos recebidos por meio do Contrato de Gestão 13/2020 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

5. Clientes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	-	151
Coop Econ Cred Mutuo	-	18
America Net LTDA	-	35
	<u>-</u>	<u>204</u>

A Rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 0 em 2021 (R\$ 204 em 2020), contemplam os valores a receber referentes às prestações de serviços realizadas pelo IPPLAN. O saldo a receber em 2020 foi originado a partir de recebível junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos, referente ao contrato conhecido como Central de agendamentos, somados aos contratos SICOOB e da América Net, a qual foi integralmente liquidado no exercício subsequente.

Atualmente, a principal fonte de receitas do Instituto decorre do contrato com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (conhecido como Contrato de Gestão). Referido contrato foi renovado em janeiro de 2022 e possui vigência de 06 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

6. Adiantamento a fornecedores

	2021	2020
Jorge Hardware Suprimentos	6	6
Companhia Brasileira	-	7
	<u>6</u>	<u>13</u>

7. Imobilizado

	Taxa média	2021				2020
		Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo	
Instalações	10%	29	15	14	-	-
Móveis e utensílios	10%	787	143	538	106	118
Equipamentos de comunicação	10%	63	19	42	2	-
Equipamentos de informática	20%	1.440	567	676	197	197
Equipamentos de segurança	10%	4	2	2	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	866	132	583	151	156
Benfeitorias	14%	2.536	1.106	-	1.430	1.837
Biblioteca		3	-	-	3	-
		<u>5.728</u>	<u>1.984</u>	<u>1.855</u>	<u>1.889</u>	<u>2.308</u>

A Rubrica “Imobilizado”, registrada no valor de R\$ 1.889 em 2021 (R\$ 2.308 em 2020), é composta de bens destinados à manutenção das atividades operacionais do Instituto. Estes bens foram adquiridos tanto com recursos próprios como recursos de terceiros dos Contratos 22.159/10, 410/16 e 13/2020 firmados com a Prefeitura de São José dos Campos.

	2021						
	2020	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Impairment	Saldo
Instalações	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	118	3	-	-	(15)	-	106
Equipamentos de comunicação	-	2	-	-	-	-	2
Equipamentos de informática	197	47	-	-	(46)	-	198
Equipamentos de segurança	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	156	29	(16)	-	(18)	-	151
Benfeitorias	1.837	-	-	-	(408)	-	1.429
Biblioteca	-	3	(8)	-	-	8	3
	<u>2.308</u>	<u>84</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>(487)</u>	<u>8</u>	<u>1.889</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Nesse período ocorreram algumas devoluções de bens a Prefeitura referente ao Contrato 22.159/10, 410/16 e 13/2020 nas quais providenciamos a sua baixa registrada no valor líquido de R\$ 0 em 2021.

	2020						
	2019	Adições	Baixas líquidas	Transf	Depreciação	Impairment	Saldo
Instalações	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	116	37	-	-	(16)	(19)	118
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	16	273	-	(40)	(44)	(8)	197
Equipamentos de segurança	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	73	92	-	40	(49)	-	156
Benfeitorias	2.181	-	-	-	(344)	-	1.837
Biblioteca	-	-	-	-	-	-	-
	<u>2.386</u>	<u>402</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(453)</u>	<u>(27)</u>	<u>2.308</u>

8. Intangível

	Taxa média	2021				2020
		Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo	
Softwares	20%	1.972	778	816	378	284
		<u>1.972</u>	<u>778</u>	<u>816</u>	<u>378</u>	<u>284</u>

A rubrica "Intangível", registrada no valor de R\$ 378 em 2021 (R\$284 em 2020), é composta de softwares operacionais adquiridos para atender as Áreas da Administração, de projetos e a operação das centrais de atendimento ao cidadão, adquiridos, substancialmente pelos contratos de Gestão 22.159/10, 410/16 e 13/2020 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

	2021					
	2020	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Saldo
Softwares	284	162	(2)	(66)	-	378
	<u>284</u>	<u>162</u>	<u>(2)</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>378</u>

	2020					
	2019	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Saldo
Software	171	303	-	(32)	(158)	284
	<u>171</u>	<u>303</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>(158)</u>	<u>284</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

9. Fornecedores

	2021	2020
Companhia Diistribuição de Motores e Componentes	-	38
Wintronic Comércio	-	23
Metatrato Contabilidade Assessoria Empresarial LTDA.	11	-
Devell Software Solutions Ltda.	44	-
Giuliano M. Padua	9	-
Outros	10	10
	<u>74</u>	<u>71</u>

A Rubrica “Fornecedores”, registrada no valor de R\$ 74 em 2021 (R\$ 71 em 2020), é composta pela à aquisição de materiais e serviços ligados às atividades da Entidade.

10. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Salários a pagar	-	3
Férias	483	373
Rescisão a Pagar	2	5
INSS sobre folha a recolher	166	155
INSS sobre férias	123	95
FGTS a recolher	56	55
FGTS sobre férias	39	30
Outras	9	9
	<u>878</u>	<u>725</u>

A Rubrica “Obrigações trabalhistas”, registrada no valor de R\$878 em 2021 (R\$725 em 2020), é composta pelos salários, encargos sociais a recolher e provisão de férias. O pagamento dos salários é efetuado no início do mês subsequente.

Em 2021, houve aumento não relevante no quadro de colaboradores, passando de 172 para 174. Sendo que destes 174, 1 encontra-se afastada por licença maternidade e 3 por doença. Houve um aumento nas obrigações trabalhistas pelo fato de que grande parte dos salários referente ao mês 12/2021 ter sido pago no mesmo mês.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

11. Recursos em consignação

	2021	2020
Contrato de Gestão 13/2020 PMSJC	31.188	13.729
(-) Receitas reconhecidas Contrato de Gestão 13/2020 PMSJC	(23.806)	(11.765)
Contrato de Gestão PMSJC 410/16	47.471	47.471
(-) Receitas reconhecidas Contrato de Gestão PMSJC 410/16	(47.471)	(47.471)
	<u>7.382</u>	<u>1.964</u>

A Rubrica “Recursos em consignação”, registrada no montante de R\$ 7.382 em 2021 (R\$ 1.964 em 2020) representa a obrigação de serviços a executar decorrentes de repasses já recebidos, mais ainda não empenhados nas atividades oriundas do Contrato de Gestão 13/2020 que tem como finalidade a realização de atividades de pesquisa, planejamento, administração, desenvolvimento e inovação, desenvolvimento de recursos humanos, provendo a gestão pública ou privada de conhecimentos que possam lhes conferir atributos de modernidade, qualidade, competência, eficiência de forma continuada, visando a competitividade e sustentabilidade em benefício da coletividade.

Esses recursos são reconhecidos no resultado como receitas em acordo ao pronunciamento CPC PME (R1) – Seção 24 – Subvenção Governamental, ou seja, à medida que os recursos são aplicados nas atividades operacionais, respeitando-se o regime de competência.

12. Provisões para contingências

Trabalhistas

De acordo com a Lei Municipal de São José dos Campos nº 9.784, de 24 de julho de 2018, a Entidade constitui provisão referente ao valor das verbas rescisórias que serão suportadas pelo Contrato de Gestão, sem contudo, indicar o valor exato, ante a imprevisão acerca da data de encerramento de cada atividade do aludido contrato, bem como da obrigatoriedade da Municipalidade em realizar o ressarcimento das rescisões dos contratos individuais de trabalho dos empregados lotados nos contratos de gestão nos Contratos nº 22.159/2010 e 410/2016.

Destaca-se a existência de 03 Reclamações Trabalhistas Processos nº 0011428-15.2019.5.15.0084, 0011402-17.2019.5.15.0084 e 0011551-13.2019.5.15.0084, em fase inicial de tramitação, cujos pedidos somados totalizam R\$ 150, em que diante das peculiaridades dos casos, a classificação lançada pelo escritório contratado G.M.Pádua Advogados é de risco possível de condenação para os dois primeiros processos e remota para o terceiro processo.

Tributárias

De início, cabe destacar que o IPPLAN não tem passivos ou controvérsias envolvendo outros tributos que não o ISS Municipal. Como é sabido, diante de informes e relatórios anteriores emitidos pelo escritório G.M.Pádua Advogados, o IPPLAN sofreu fiscalização que atingiu os últimos cinco anos, a contar da data da fiscalização (foram analisados os contratos e o ISSQN recolhido nos anos de 01/01/2012 a 31/05/2017). Os Autos de Infração lançados culminaram no reenquadramento de recolhimento de ISSQN realizado para os Contratos celebrados com a Votorantim, Prefeitura de Mauá, Prefeitura de Guarulhos e Instituto Camargo Correa, estes que já foram parcelados e pagos no âmbito administrativo. Também os débitos fiscais relativos aos Contratos celebrados com as empresas Pioneira e Domain foram objeto de parcelamento. Os lançamentos de ISSQN e multas apurados pela fiscalização sobre o Contrato de Gestão foram extintos por decisão da Junta Municipal de Recursos, que acolheu a Defesa do IPPLAN. Dessa forma, remanesce atualmente apenas os Autos de Infração e lançamentos sobre o Contrato da Saúde, os quais estão em discussão na Ação Anulatória movida pela IPPLAN e que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Campos, sob o nº 1008815-86.2020.8.26.0577, cuja classificação é de risco é de perda possível (numa escala de provável, possível e remoto). O débito em discussão, pela última atualização realizada pela Prefeitura Municipal no início de 2020, era de R\$ 210. Assim, ante a expectativa de que o processo judicial provavelmente em prazo superior a 1 (um) ano, e considerando que nesse período o débito sofre incidência de juros e correção monetária, para efeitos de contingenciamento o valor estimado é de R\$ 300.

Ação civil pública

No exercício de 2017 foi ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo uma Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa em face de agentes políticos que exerceram o cargo do executivo da Prefeitura de São José dos Campos e em face do IPPLAN, enquanto organização social contratada. O valor estimado do processo judicial foi fixado em R\$ 41.757 e de acordo com o autor da ação, refere-se a soma do contrato original e seus termos aditivos. O Instituto, por intermédio do escritório G.M.Pádua Advogados apresentou defesa, o processo seguiu pela fase de instrução probatória e, em fevereiro de 2020, foi publicada a sentença, que julgou parcialmente procedente os pedidos do Ministério Público, para reconhecer a nulidade do Contrato de Gestão nº 22.159/2010, condenar o agente que o celebrou, absolver o agente do executivo que o sucedeu e para, acolhendo a tese de defesa do IPPLAN, para reconhecer que as atividades foram executadas por completo pela Entidade, não havendo indícios de danos ao erário, afastando qualquer tipo de condenação à entidade contratada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

As partes apresentaram Recursos de Apelação e as Contrarrazões, sendo que o Ministério Público, autor da Ação, protesta pela revisão da sentença, para estender a condenação também ao IPPLAN. O Acórdão reformou a sentença, afastando a nulidade do contrato de gestão, por reconhecer que o ajuste foi efetivamente cumprido, mas impôs a condenação ao IPPLAN para pagamento de multa civil na monta de 3% do valor atualizado do Contrato de Gestão, que atualizados corresponde ao valor de aproximados R\$ 800. No relatório de contingenciamento de 2021, a classificação foi de perda possível para o IPPLAN.

13. Patrimônio social

	2021	2020
Superávit acumulados	4.014	3.152
	<u>4.014</u>	<u>3.152</u>

A rubrica "superávit acumulados", registrada no valor de R\$ 4.014 em 2021 (R\$ 3.152 em 2020) é composta pelos superávits acumulados pela Entidade até o exercício de 2021.

Segundo o artigo 19 de seu Estatuto, o patrimônio e as receitas do IPPLAN, inclusive aquelas relativas aos seus excedentes financeiros, serão obrigatoriamente investidas no desenvolvimento de suas próprias atividades.

14. Receitas

	2021	2020
Subvenção Contrato de Gestão 410/10	-	392
Subvenção Contrato de Gestão 13/2020	12.041	11.621
Serviços Prestados e terceiros	2.302	2.302
ISS sobre serviços	(53)	(68)
	<u>14.290</u>	<u>14.247</u>

A Rubrica "Subvenção Contrato de Gestão 410/10", registrada no valor de R\$ 0 em 2021 (R\$ 392 em 2020) composta pelo reconhecimento da receita de acordo com as despesas realizadas com projetos conforme NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais finalizou em 2021. A rubrica "Subvenção Contrato de Gestão 13/2020", registrada no valor de 12.016 em 2021 também é composta pelo reconhecimento da receita de acordo com as despesas realizadas com projetos conforme NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais

Em 2022 houve um aditivo contratual no Contrato de Gestão 13/2020 com a Prefeitura de São José dos Campos para o período de 06 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

15. Custos com projetos

	2021	2020
Mão de Obra	(5.852)	(6.200)
Operacionais	(2.076)	(2.122)
Depreciação, amortização e impairment	(42)	(33)
Consultorias	(1.700)	(2.000)
	<u>(9.670)</u>	<u>(10.355)</u>

A Rubrica "Custos com projetos" registrada no valor de R\$ (9.670) em 2021 (R\$ (10.355 em 2020) é composta, substancialmente, pelos gastos de salários, encargos sociais e benefícios trabalhistas das centrais de atendimento, contratos privados e demais projetos, bem como custos com consultorias especializadas, serviços de terceiros, papelaria, energia, telefone, transportes, depreciação, entre outros.

16. Despesa com mão de obra

	2021	2020
Salário	(1.530)	(1.220)
Benefícios	(101)	(235)
Impostos trabalhistas	(477)	(431)
	<u>(2.108)</u>	<u>(1.886)</u>

17. Despesas operacionais

	2021	2020
Depreciação, amortização e impairment	(545)	(637)
Despesas gerais	(410)	(956)
	<u>(955)</u>	<u>(1.593)</u>

A Rubrica "Depreciação, amortização e impairment", registrada no valor de R\$ (545) em 2021 (R\$ (637) em 2020), apresentou uma diminuição devido a devolução de bens, conforme Nota Explicativa nº 7.

A Rubrica "Despesas gerais", registrada no valor de R\$ (410) em 2021 (R\$ (956) em 2020), é composta, substancialmente, por despesas prediais, informática, manutenções e conservações. A diminuição nas despesas se deu em virtude da finalização de atividades do contrato de gestão 13/2020 e da redução de custos, devido a implantação do sistema de home office pela instituição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

18. Serviços especializados

	2021	2020
Serviços contábeis	(141)	(118)
Serviços de consultoria e pesquisa	(476)	(61)
Serviços advocatícios	(177)	(119)
Outros	(19)	(47)
	<u>(813)</u>	<u>(345)</u>

19. Trabalho voluntário

O Instituto no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por Pessoas Físicas.

Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) o Instituto avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não demonstra os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários realizados e recebidos.

20. Seguros (não auditado)

Em dezembro de 2021 foi contratado um seguro de Responsabilidade Civil, com vencimento em 30 de dezembro 2022, tendo por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos, não intencionais, corporais e/ou materiais causados a terceiros.

Em janeiro foi contratado um Seguro Patrimonial com vigência de janeiro de 2021 a janeiro de 2022, tendo por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos prediais.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

21. Instrumentos financeiros

As transações financeiras efetuadas pelo IPPLAN em 31 de dezembro de 2021 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas às contas a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

O Instituto não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

22. Eventos subsequentes

Renovação de contratos

Em 16 de janeiro de 2022, foi firmado um aditivo contratual do Contrato de Gestão nº 13/2020, que possui inicialmente vigência de 06 meses e, portanto, será encerrado em 13 de julho de 2022, no momento está vigente e sendo executado de acordo com o Plano de Trabalho. É passível de renovação mediante o cumprimento do plano de trabalho e, nos termos da lei, facultada a repactuação de metas e indicadores da execução contratual.